

Behemoth no reverso: autocracia e Estado em Florestan Fernandes*

*Ricardo Braga Brito***

Resumo:

Este artigo reconstrói a análise e a proposição teórica de Florestan Fernandes sobre a formação e atuação do Estado, conjugando seus trabalhos sobre a configuração das classes sociais e as formas de incorporação próprias do capitalismo dependente. Partindo da indicação desse autor sobre as faces de Leviatã e Behemoth do Estado brasileiro, apontamos a presença de outro bestiário analítico, em alguns pontos, distinto da metáfora do centauro, para a compreensão das relações de coerção e consenso que caracterizam o padrão autocrático de dominação na periferia capitalista, fundado no controle da mudança social, na filtragem da democracia e na resistência sociopática das classes proprietárias.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Estado. Capitalismo dependente. Autocracia. Teoria Crítica.

¹ Agradeço à Leonilde Medeiros pelo estímulo dado à escrita deste texto, pelas leituras cuidadosas e indicações de bibliografia, e aos/às pareceristas pelos comentários e sugestões, extremamente ricos e pertinentes.

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: ricardobraga.brito@gmail.com

Behemoth on the reverse: autocracy and state in Florestan Fernandes

Abstract:

This paper reconstructs the analysis and theoretical proposition of Florestan Fernandes on the formation and performance of the State, combining his work on the configuration of social classes and on the typical forms of incorporation by the dependent capitalism. Starting from the two faces, Leviathan and Behemoth, of the Brazilian State, I point out the presence of another analytical bestiary, differing from the centaur's metaphor in a few points, to understand the relations of coercion and consensus that characterize the pattern of autocratic domination in the capitalist periphery, grounded on the control of social change, the filtering of democracy and the sociopathic resistance of the proprietary classes.

Keywords: Florestan Fernandes. State. Dependent Capitalism. Autocracy. Critical Theory.

Behemoth en el reverso: autocracia y estado en Florestan Fernandes

Resumen:

Este artículo reconstruye el análisis y la propuesta teórica de Florestan Fernandes sobre la formación y desempeño del Estado, combinando sus trabajos sobre la configuración de las clases sociales y las formas de incorporación del capitalismo dependiente. A partir de la indicación de ese autor sobre los rostros de Leviatán y Behemoth del Estado brasileño, señalamos la presencia de otro bestiario analítico, en algunos puntos diferente de la metáfora del centauro, para comprender las relaciones de coerción y consenso que caracterizan el patrón autocrático de dominación en la periferia capitalista, fundado en el control del cambio social, en el filtrado de la democracia y en la resistencia sociopática de las clases propietarias.

Palabras clave: Florestan Fernandes. Estado. Capitalismo dependiente. Autocracia. Teoría Crítica.

Introdução

Este artigo reconstrói a proposição teórica de Florestan Fernandes sobre o Estado, sobretudo em sua configuração na periferia do capitalismo. Para tanto, é fundamental analisar o processo formativo e de organização do aparato estatal, com foco no Brasil, por meio de suas obras. Propõe-se, desse modo, observar o quadro teórico estabelecido pelo autor e o conjunto explicativo com que apresenta o processo de desenvolvimento e atuação do Estado brasileiro, tomado como singular para a compreensão de processos mais amplos de integração com as dinâmicas internacionais do capitalismo (Fernandes, 2010, 1979, 2020). Devido à própria estrutura e conteúdo das obras desse autor, também se faz necessária uma compreensão da relação dos distintos grupos e classes sociais, na medida em que é na ação e no embate histórico das classes que se configura o Estado.

O enfoque desenvolve uma indicação do autor, quase ao fim de “A Revolução Burguesa no Brasil”. Segundo Fernandes (2020, p. 428), o Estado brasileiro é uma “composição sincrética (...) *Leviathan* no verso, e *Behemoth* no reverso”, devendo ser entendido em suas relações com o concreto e com os caminhos abertos e fechados pela ação humana. A indicação da figura mítica do Behemoth¹, a partir da obra de Neumann (1942), caracteriza e identifica a proposta analítica de Fernandes, apresentando outro bestiário analítico do Estado, distinto, ainda que próximo à figura do centauro,

¹ Sigo a grafia utilizada por Neumann (1942). De origem babilônica, presente na mitologia judaica e nos livros do Apocalipse e de diversos profetas, Behemoth é um monstro do deserto que, junto de Leviatã, reaparecerá perto do fim do mundo, estabelecendo um regime caótico de terror, mas logo destruídos por Deus. Thomas Hobbes tomou ambos os monstros como imagem de formas específicas de governo: figura do Leviatã simboliza a soberania e o poder centralizado do Estado capaz de garantir a harmonia e a liberdade dos indivíduos, ao passo que o Behemoth é associado ao período do Longo Parlamento inglês, representando um modelo parlamentar de dominação que, por descentralizar a dominação, cria uma situação caótica e um não-Estado. Para uma análise do contexto político e discursivo dos séculos XVII e XVIII, centrada na discussão de formas centralizadas e descentralizadas de governo, ver Lynch (2010).

aprofundando as relações de coerção e consenso, caracterizado pelo padrão autocrático do Estado brasileiro e fundamentado na resistência sociopática das classes proprietárias à mudança social e à democratização. O Behemoth brasileiro, como sinaliza a conceituação de autocracia presente em suas obras, aponta para um controle e tentativa de formatação prévia das classes despossuídas, marcadas por condições de empobrecimento e anomia.

A fim de apreender o processo histórico do Estado brasileiro, que expressa um princípio organizador da sociedade (Botelho; Brasil Jr., 2020), proponho antes uma identificação de um modelo crítico de análise na Sociologia de Fernandes, capaz de compreender e reconstruir os nexos explicativos e as relações sociais significativas com base em critérios científicos e metodológicos rigorosamente estabelecidos, mas também capaz de exercer a crítica de modo a apontar as possibilidades de transformação.

Apesar dos inúmeros trabalhos sobre a obra de Fernandes, apenas um trabalho encontrado trata do Estado enquanto tema e ator centrais (Shiota; Freitas, 2021). Conforme apontado por esses autores e identificado na elaboração deste artigo, não há mais trabalhos que tratem desse objeto. Shiota e Freitas (2021) abordaram a constituição da tensão entre Leviatã e Behemoth no modelo autocrático, apontando elementos característicos para a América Latina e sinalizando elementos interpretativos da teoria da dependência. A opção aqui feita pela imersão na obra de Fernandes trata, sobretudo, do caso brasileiro. Apesar de não ser o foco deste artigo, algumas leituras sobre autocracia também foram trabalhadas, devido a esse conceito ter recebido maior atenção da crítica intelectual.

1. Sociologia crítica

O intelectual abstraído do ambiente em que trabalha, vive e re-flete perde sua potencialidade criadora. Com essa reflexão, mar-

cada pela própria experiência de exílio causada pela ditadura empresarial-militar (1964-1985), Fernandes aponta a socialização intelectual e analítica do/a cientista social ao ambiente em que vive e aos movimentos da sociedade em que se encontra envolvido. Em seu caso e do grupo de pesquisadores vinculado a ele, “era o Brasil que se impunha como o centro das nossas cogitações” (Fernandes, 1975a, p. 16), colocando ao/a cientista social de países subdesenvolvidos a tarefa de estudar “as condições intrínsecas” de seus países.

A “imposição” do Brasil se deu de diversas formas, sendo significativa a experiência positiva da relação entre o sociólogo e os movimentos sociais, relação capaz de construir uma experiência criadora, ligando os resultados de investigação às vidas concretas, às possibilidades de mudança e às expectativas e preocupações da coletividade. Frente a uma população brasileira carregada de contradições e de coexistência tensa entre diferentes culturas e tempos históricos, o/a cientista social é capaz de construir esquemas interpretativos que orientem o olhar e a ação para a totalidade da situação social e a tensão entre valores e interesses sociais distintos ocultados da realidade (Fernandes, 1975a). Portanto, há em seu modo de fazer Sociologia uma potencialidade em alargar a consciência dos problemas sociais brasileiros e orientar para formas de intervenção e controle social.

A preocupação crítica da Sociologia de Florestan já estava presente em trabalhos anteriores. Em texto de 1957, Fernandes (2011a, p. 81) vai qualificar a Sociologia como “ciência que tem por objeto estudar a interação social dos seres vivos nos diferentes níveis de organização da vida”, indicando as relações dinâmicas entre a ordem social e as formas de vida e interação. Preocupação presente em seus textos sobre os tupinambás e sobre o negro, Fernandes (2011a, p 84) refletia sobre o “solapamento e a destruição das bases do equilíbrio do sistema social”, e como eles “conduzem a uma situação na qual desaparecem as condições que podem garantir a estabilidade e a continuidade

da própria forma de vida a que ele [o sistema social] se ajusta”. Delimitado o objeto e o campo de preocupações, o processo de observação sociológica procede pela reconstrução do concreto e sua interpretação por meio de categorias abstratas, mas empiricamente válidas e analiticamente produzidas com base nas hipóteses, no quadro analítico e no conjunto documental (Fernandes, 1972, 2011a).

Ao analisar a totalidade contraditória entre a ordem social e as formas de interação e de vida que se constituem em comportamentos, expectativas, formas de consciência e ação, também a condição de análise e existência do/a sociólogo/a na periferia do capitalismo coloca uma posição privilegiada para compreender processos sociais tanto da periferia quanto do centro. Não se trata de homogeneizar o autor nem de ignorar mudanças em sua interpretação. Conforme sinalizam Freitag (2005) e Mariosa (2007), as modificações na análise, nos objetos e na base teórica de Fernandes foram acompanhadas por preocupações com as situações sociais de grupos oprimidos e com a constituição de formas rigorosas de análise, coleta de dados, interpretação e explicação capazes de intervir no mundo social. Essa preocupação com processos de desestabilização e de controle das formas de organização social de populações despossuídas será aqui realçada a partir de suas obras dos anos 1960 e 1970, constituindo uma interseção e transição entre as fases do “cientista-acadêmico” (1941-1968) e do “político-revolucionário” (1970-1986) indicadas por Freitag (2005).

Nas obras desse período, Fernandes sinalizou para a diversidade dos modos de surgimento e desenvolvimento dos regimes de classe em sociedades subdesenvolvidas e dependentes. A história do regime de classes e da expansão e desenvolvimento do modo de produção capitalista não é homogênea ou universal, e a análise sociológica pode ser enriquecida com a compreensão correlacionada da dinâmica interna do desenvolvimento do regime de classes, observando a dominação burguesa interna jun-

to de suas relações e pressões externas das sociedades hegemônicas do centro capitalista (Fernandes, 2020).

Santiago (2018) apontou para esse esforço teórico, epistemológico e interpretativo de Fernandes em reformular o aparato conceitual às expectativas e às realidades brasileiras. Fernandes define seu lugar de análise, ponto de partida teórico, mas também existencial, porque é marcado pelo processo histórico de formação das classes nas quais se insere a própria socialização do autor. A densa abertura da obra “A Revolução Burguesa” e os trabalhos sobre a sociedade de classes na periferia (Fernandes, 2008b, 1975b) explicitam o esforço de calibrar conceitos fundamentais às condições estruturais e às dinâmicas sociais específicas do Brasil, atravessadas por processos de patrimonialização e de socialização de interesses de uma camada aristocrática que controlou material e simbolicamente as riquezas e as expectativas sociais. Na chave de interpretação marxista, a atenção da análise se volta para as diferenças que emanam do desenvolvimento capitalista na periferia e sua organização dependente, subdesenvolvida e imperializada articulada no padrão das economias capitalistas centrais (Santiago, 2018). No esforço de calibração e rotação de perspectivas, Fernandes (2020) sinaliza a importância de apreender e interpretar a especificidade da configuração social capitalista, subdesenvolvida e dependente, no Brasil, a partir de um uso criativo e crítico de categorias centrais à análise sociológica.

A Sociologia **crítica** e **militante** de Fernandes, inseparável de sua posição socialista, é simultaneamente afirmação e contestação (Fernandes, 2011b, 1976). O estudo sociológico da periferia permite apreender “os processos potenciais, que não chegaram a se transformar em ‘história’” (Fernandes, 2011b, p. 181), atuando de modo a expandir a ordem social democrática, ao contribuir para a preparação do “homem comum” à agência transformadora do mundo social, por meio do entendimento, desejo e prática das opções políticas capazes de transformar o ser huma-

no passivo em agente da história. A Sociologia tem como função possível “alimentar o comportamento das classes inconformistas, os seus antagonismos contra a ordem existente e o alcance de sua atividade revolucionária”, ou ainda captar “*o presente em processo e o futuro em gestação* (...) o centro e a periferia, o estado de conturbação exasperada do capitalismo e de transição difícil para o socialismo” (Fernandes, 1976, p. 131-132, 134, grifos no original). Em suma, **crítica** e **militante**, articulando teoria e prática. O segundo termo revela a profunda conexão do sociólogo enquanto intelectual atravessado e comprometido com seu tempo, mas que não reduz o papel do sociólogo ao voluntarismo ou à adesão a determinadas interpretações de partidos e movimentos, pelo contrário, aponta continuamente que sem movimentos sociais fortes e sem uma posição criativa e intransigente, o intelectual será reduzido à conservação da ordem ou ao esgotamento (Fernandes, 1975a, 1976, 2010).

Apesar de menos analisado, o termo crítica é revelador. Ianni (2011) já havia apontado para esse elemento, caracterizando a Sociologia de Fernandes pelo questionamento conjunto da realidade e do pensamento. Também Fernandes (1976, p. 140) apontou que sua trajetória esteve marcada pelas leituras críticas de Marx e Engels, familiarizando-o com o que chama de “poder do pensamento negador”. A presença desse elemento crítico cresce na medida em que Fernandes abre espaço para realizar uma sociologia científica, com critérios rigorosos de coleta e interpretação de dados e de construção de teorias, e abre espaço para a crítica que incorpora o inconformismo e o comprometimento com o confronto com a sociedade e o “desmoronamento da civilização industrial capitalista” (Fernandes, 1976, p. 140).

Mariosa (2007) identificou na obra de Fernandes a presença de uma “sociologia como crítica”, identificada enquanto uma postura de Fernandes no próprio fazer científico, desde a escolha dos objetos, sua delimitação, coleta de dados, interpretação e expli-

cação da realidade social, constituído pelo rigor metodológico e pela análise da totalidade mediante a rotação de diferentes perspectivas analíticas. A crítica contida na análise de Fernandes se orienta tanto para a ampliação do conhecimento quanto para o uso desse saber enquanto instrumento de ação política (Mariosa, 2007).

A fim de sintetizar esse ponto de aproximação da obra de Fernandes, sinalizo a existência de um modelo crítico singular. Segundo Nobre (2008), a teoria crítica caracteriza-se desde Marx pela análise orientada para a emancipação e pela crítica ao conhecimento produzido e limitado à mera compreensão e reprodução das relações sociais capitalistas. Os “modelos críticos” apontados por Nobre (2008, p. 24) são articulados por uma matriz teórica comum, fundamentalmente interdisciplinar e cujo objetivo é “produzir um diagnóstico do tempo capaz de fornecer uma compreensão acurada e complexa do momento histórico e de suas potencialidades emancipatórias”.

Não há aqui a pretensão de vincular Fernandes à teoria crítica associada à Escola de Frankfurt, o que significaria enquadrar e reduzir sua própria criatividade de análise. Contudo, as referências a Marcuse (Fernandes, 1976, 1979) e a Neumann são singulares e devem ser levadas em consideração, bem como a centralidade das obras de Marx, Durkheim e Weber e as análises interdisciplinares e em diálogo com autores de outras vertentes teóricas e posições políticas. Como apontado por Marcuse (2009), a teoria crítica está envolvida na emancipação das relações sociais existentes e na construção, a partir das potencialidades observadas no presente, de novas relações sociais mais humanas.

Essas breves indicações apresentam quatro elementos que julgo centrais à compreensão das obras desse autor entre os anos 1960 e 1970: 1. o esforço teórico e metodológico para apreender, simultaneamente, as estruturas econômicas, sociais e políticas

que vinculam capitalismo interno e externo; 2. a preocupação com a singularidade da periferia, revelando questões fundamentais para a compreensão do capitalismo central e enquanto fenômeno geral; 3. o esforço em compreender as formas de ação, percepção e sentimento dos indivíduos e grupos sociais; 4. a análise do modelo autocrático de governo e o Estado tecnocrático, burocratizado e vinculado aos interesses da articulação entre burguesia e oligarquia, compondo uma análise da configuração de classes. O modelo crítico de Fernandes é marcado, portanto, pela interpretação das potencialidades e dos obstáculos que caracterizam o momento histórico de dominação do capital, sendo essa negação da ordem simultânea à compreensão do socialismo enquanto ideologia com base científica e dotada de utopia transformadora (Fernandes, 1975a, 1979). Desse modo, não se trata em sua percepção de uma Sociologia crítica **porque** militante, mas de uma Sociologia construída com fundamentação teórica e empírica e na interação crítica com as correlações sociais de seu tempo que podem impulsionar elementos críticos ou conformadores da ordem social.

2. Processo de formação do Estado brasileiro

A preocupação analítica e teórica com a singularidade da periferia do capitalismo², em especial com o padrão autoritário e político da revolução burguesa na América Latina, levou Fernandes (1975a) a desenvolver o que ele chama de uma “teoria da incorporação”, capaz de articular e combinar os conceitos de imperialismo e dependência. Essa teoria, apesar de pouco explicitada em seus escritos, permite a análise dos mecanismos de dominação

² Ainda que não seja possível analisar esse ponto, há um amplo debate sobre o significado da “singularidade” da formação social brasileira. Tavolaro (2005) analisou nas diferentes perspectivas e autores que escreveram sobre essa singularidade um quadro epistemológico comum que, apesar das divergências, tende a ver a modernidade brasileira como inautêntica, semimodernidade ou periférica. Esse autor faz uma breve análise de Fernandes e sua interpretação de uma modernidade singular e periférica no Brasil, tomada em relação com a de países do capitalismo central.

imperialista e o padrão singular de absorção e desenvolvimento do capitalismo em países periféricos, entendendo que “o capitalismo dependente condiciona o próprio imperialismo” (Fernandes, 1975a, p. 60). O central é entender como os mecanismos do imperialismo se realizam dentro dos países submetidos à sua dominação, analisando como os setores da sociedade dependente se ajustam, passiva e ativamente, à dominação. Tais burguesias, para terem condições de sobrevivência interna, defendem o Estado, a base de poder e a posição nos negócios que sustentam sua posição de classe. Como afirma:

É importante, então, fazer a análise completa ou total, para ver como é que se dá o enlace entre as estruturas de poder que são internacionalizadas e as estruturas de poder nacionais mantidas sob controle do Estado pelas burguesias e pelas classes médias de um determinado país (Fernandes, 1975a, p. 60).

O termo “enlace”, por sua vez, é mais afeito à proposição de dupla articulação que Fernandes (2020) aprofunda. Sua análise relacional, atenta às estruturas e aos modos de comportamento e explicação do mundo, tem como um dos nós desse laço o Estado. O Estado é um ator central no modo de realização e desenvolvimento da revolução burguesa brasileira, desde seu papel a ser delimitado e desenvolvido na Independência de 1822, no desenrolar do projeto social do golpe militar de 1964 e até na transição controlada proposta pela ditadura (Fernandes, 1982). O Estado assume um importante papel de defesa dos interesses particulares das classes possuidoras ao nível interno, contra a pressão das classes populares, e ao nível externo, impondo limites à absorção do padrão imperialista de dominação. Em seu processo de formação e atuação, o Estado é mobilizado a fim de controlar e manter o monopólio dos efeitos positivos da transformação social para aqueles que já detêm o monopólio do prestígio, da riqueza e do poder (Fernandes, 2008a, 1979). Conforme aponta, o Estado é elemento que reflete “os interesses sociais e as orientações econômicas

ou políticas das classes que o constituem e o controlam”, devendo ser entendido, portanto, a partir da composição social, dos embates e dos processos históricos que o formam (Fernandes, 2020, p. 322, 1979).

Entender a constituição e atuação do Estado implica em apreender também o conjunto de interesses, valores e expectativas sociais que é articulado pelos agentes sociais em seu querer e desejo coletivos e que socializam percepções, desejos e estilos de vida capazes de orientar os atores em meio e para mudanças, ou ainda para o controle da mudança. Segundo Cohn (1999, 2015) e Bastos (2020), Fernandes trabalha com uma proposta teórico-metodológica sensível aos modos de atuação e organização dos atores sociais, entendendo-os de forma dinâmica em suas relações, mas também em sua vinculação aos momentos históricos e aos modelos de organização da sociedade. Nesse sentido, ainda que aqui nos detenhamos em uma análise do Estado, é imprescindível pontuarmos os grupos sociais que o tensionaram e direcionaram, entendendo a dinâmica de atuação do Estado a partir da relação conflitiva entre as classes e de como ele incide e interfere nessa relação.

2.1. O caráter político das revoluções sociais

A burguesia enquanto categoria histórica surge de forma incipiente no Brasil, sufocada pelo estatuto colonial, pelo escravismo e pela grande lavoura exportadora. O rompimento do estatuto colonial realizado com a independência de 1822 possibilitou a expansão das condições de formação e crescimento da burguesia e desenvolvimento urbano, paralelamente à organização do Estado. Uma das teses centrais de Fernandes (2020) é a de que o burguês que se consolida não rompe totalmente com o padrão de socialização e o conjunto de expectativas sociais da aristocracia, levando-o a analisar a manutenção e as alterações dos padrões de comportamento e socialização, compreendendo e caracterizando a revolução burguesa na periferia.

Não se trata de um episódio, mas de um complexo e longo processo de incorporação de padrões de organização da economia, da cultura e da sociedade, no qual a formação do Estado brasileiro é protagonizada por atores preocupados com os modos de prestígio e com a estruturação desse padrão de dominação em aparato burocrático. Há uma “internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder” (Fernandes, 2020, p. 52). A independência nacional indicava crítica à estruturação do sistema colonial orientado para drenar riquezas de dentro para fora, contudo, seu modo de realização congela a descolonização (Fernandes, 2015) no limite dos interesses da aristocracia: rompe-se o estatuto colonial ao nível jurídico-político, porém a estrutura colonial é absorvida e transformada em Estado, aprofundando, inclusive, os padrões de dominação externa e colonialismo em toda a América Latina (Fernandes, 1975b). Os processos de independência política, de aprofundamento da dependência, de reconfiguração da desigualdade de privilégios, poder e riqueza reconstróem a civilização ocidental “a partir de uma condição colonial permanente, embora instável e mutável” (Fernandes, 2008b, p. 27). Conforme aponta nesses trabalhos, a colonização e suas estruturas políticas, econômicas e sociais atuam como uma matriz de significados, práticas e instituições que não são totalmente destruídas³. Essa matriz filtra e limita a descolonização ao mesmo tempo em que inaugura e constrói a nação a partir do Estado, reduzindo-a aos estamentos dominantes por meio de um modelo restritivo de participação política.

³ A centralidade da descolonização incompleta, da persistência do colonialismo, da questão racial e sua articulação com a classe social, a perspectiva dos “de baixo” e a caracterização de um modo específico e articulado de capitalismo na América Latina levaram Silveira (2018) a sinalizar um pensamento “anticolonial” em Fernandes. Também Silva (2020^a, 2020^b), em suas análises sobre o modelo autocrático-burguês e seu padrão de governamentalidade, sinaliza a proximidade com a crítica ao colonialismo, e Shiota e Freitas (2021) a partir da relação com a teoria da dependência e o pensamento crítico latino-americano.

Já aqui, no início do século XIX, é possível apreender a articulação do velho e do novo na constituição do Estado, permitindo compreender o modo específico pelo qual se deu a expansão interna do capitalismo e a composição de uma sociedade nacional articulada ao regime internacional. Do ponto de vista ideológico, a formação do Estado liberal tornou possível a adaptação da dominação senhorial à organização burocrática e moderna do Estado, convertendo-o em fator de preservação da escravidão e da dominação senhorial. Ao mesmo tempo, esse Estado nacional também se realiza por mudanças estruturais na organização e atuação da sociedade civil, incentivando a formação de “novas disposições de sentir, pensar e agir politicamente” (Fernandes, 2020, p. 69) que criam condições ao surgimento do substrato de uma sociedade nacional.

Esse processo constrói novas percepções do futuro e de horizonte cultural, abrindo brechas e contradições na tradição patrimonialista. Apesar das mudanças que se desenvolvem com as transformações políticas e institucionais, o autor sinaliza a constituição de um “princípio de ordenação societária” marcado pela burocratização e integração nacional, dando persistência e vitalidade ao privatismo (Fernandes, 2020, p. 85). Dada a forma de controle das elites senhoriais sobre o processo de acumulação colonial e a construção e consolidação do Estado nacional, tornou-se possível o controle delimitado do processo de mudança, evitando maiores tensões explícitas. Os modelos patrimonialistas de condução da ordem econômica escravista e das relações sociais paternalistas e mandonistas que impediam a constituição e organização do povo foram burocratizados e se transformaram em fonte de solidariedade e associação política (Portela Júnior, 2012). Esse princípio de ordenação constitui um “estilo definido de modernização”: absorção do padrão de civilização e de novos modelos de organização com reação sociopática e tutelar a qualquer tipo de mudança nos padrões de acumulação e distribuição de renda, prestígio e poder (Fernandes, 2020, p. 93-94).

Desse modo, o processo da revolução burguesa no Brasil se destaca pelo seu caráter primariamente político, orientado à adequa-

ção da estrutura colonial, à construção de um mercado interno e à manutenção do *status quo* da dominação estamental (Fernandes, 1975b, 2020). Também se observa essa característica no modo de evolução do capitalismo no Brasil, marcado pela organização da personalidade, da cultura e da sociedade, envolvendo novo tipo de internalização de um “estilo de vida”, mais do que pelo novo desenvolvimento das estruturas econômicas. O modo de produção capitalista se desenvolve e se transforma em meio às tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico da economia colonial e o caráter primariamente político indica a particularidade das revoluções burguesas na periferia. Para Fernandes (2020, p. 253), esse tipo de revolução tem como característica essencial o desenvolvimento do modelo industrial de produção, carregando consigo e exigindo transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicológicas, culturais e políticas que dão nova configuração ao controle do trabalho e gera interações de solidariedade intraclasses e tensões dentro da sociedade. O processo da revolução burguesa na América Latina indica, desse modo, a lentidão e a articulação de tempos sociais distintos, conjugando-se junto à estrutura colonial, sem sua efetiva descolonização: o tempo moderno do desenvolvimento produtivo com o tempo arcaico da manutenção das relações de dominação e controle do trabalho, filtrando e tentando neutralizar formas de organização, reivindicação e ação dos despossuídos.

A partir do controle do aparato burocrático foram criadas condições restritivas de acumulação do capital, de intervenção sobre a economia e de controle sobre as classes populares capazes de manter e intensificar a incorporação às economias centrais em chave dependente, criando situações de mercado com nexos coloniais e imperialistas profundos (Fernandes, 2008b, 1975b, 2020). É importante sinalizar que esse controle sobre as classes despossuídas se processa em continuidade ao padrão colonial estabelecido com a escravidão, indicando uma ordem social na qual se atua para impedir ou ressignificar as formas próprias de organização, mobilização e solidariedade dessas classes, man-

tendo-as atreladas ao regime paternalista e mandonista e reproduzindo uma condição de anomia ou disnomia⁴. Essa condição é caracterizada pela dificuldade, imposta por instituições diversas e pela privação material, de construção da solidariedade dentro de um determinado grupo social, limitando, assim, a criação e a absorção de comportamentos, expectativas e valores tomados como socialmente significativos e necessários à participação e à transformação social (Fernandes, 2021, 2020).

Nesse processo de incorporação e dupla articulação, o desenvolvimento econômico interno do Brasil se faz de modo atrelado e dependente à dinâmica das economias centrais, intensificando suas contradições: apesar do desejo de estabelecer uma real autonomia econômica atrelada à autonomia política, a manutenção do padrão político de dominação interno implica na continuidade da subordinação econômica externa. Se num primeiro momento essas estruturas foram fundamentais para preservar o controle político e integrar a economia, elas se mostraram rígidas conforme a absorção da dinâmica capitalista se desenvolvia em novos padrões aparelhados à economia internacional. A presença desses novos padrões de acumulação, com formas mais indiretas, burocratizadas e modelos de comportamento racionais e maximizadores, aprofunda novas contradições vividas internamente, criando uma radicalização contra o domínio interno da aristocracia, em particular, seus fundamentos no escravismo e patrimonialismo, mas não contra os limites da dependência externa (Fernandes, 2020).

Segundo o autor, esses novos padrões são inseridos ao nível interno pela burguesia paulista cafeicultora, interessada no suprimento e renovação da mão de obra nas áreas de intensa produção, via po-

⁴ Fernandes (2021, p. 368, n. 237) indica sua preferência teórica pelo conceito de disnomia, identificado na obra de Radcliffe-Brown. A partir desse conceito sinaliza as formas de vivência e enfrentamento de populações em situações de desorganização social permanente. Apesar dessa distinção que dá ao conceito de disnomia uma característica mais permanente do que o de anomia, situação momentânea de desequilíbrio que pode ser alterada, Fernandes tende a utilizar os dois conceitos quase como sinônimos.

lítica de imigração e substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre, e na exportação do café. Essas camadas dominantes, de proprietários e empresários socializados em um regime estamental e de castas e por isso ainda marcados por privilégios senhoriais, mas já crítica ao antigo regime e o regime servil, foram capazes de filtrar os conteúdos transformadores e radicais do abolicionismo e transformar a transição para o trabalho livre em política oficial orientada para a resolução do problema de mão de obra agrícola. A consequência foi a instituição de uma ordem contratual ainda marcada pela capacidade de *status* e prestígio dos agentes desigualmente constituídos e que passam a competir por oportunidades de trabalho, relegando o negro ao desajustamento econômico, à eliminação do mercado competitivo ou à sua entrada em posição degradada e marginal, constituindo-o em reiterada situação de anomia e desequilíbrio social (Fernandes, 2020, 2021).

A desagregação da ordem senhorial e a elaboração da ordem social competitiva estão relacionadas às condições de desenvolvimento da empresa agrária, sobretudo a grande fazenda de café paulista. Conforme aponta Fernandes (2021, 2020), partiu do campo a intensificação final da crise do antigo regime e sua contenção, na medida em que essa empresa agrária não se fecha mais em si mesma, desdobrando-se em interesses financeiros, comerciais e políticos dos negócios do café que se realizam nos centros urbanos e estão vinculados à dinâmica de expansão do capital internacional. O “grande empresário rural” (Fernandes, 2021, p. 84) cafeicultor desempenhava múltiplos papéis socioeconômicos criados pelas ramificações que os interesses rurais estabeleceram nos centros urbanos, relacionando-se com os agentes especializados na comercialização, ambos preocupados e mobilizados pela produção e exportação do café. Esses atores impulsionaram inovações jurídicas, políticas e institucionais entre 1889 e 1930 a fim de adaptar a grande empresa agrária ao regime de trabalho livre e às relações de troca no mercado de trabalho, mantendo, contudo, as formas de comportamento, de distanciamento social, os hábitos e o horizonte cultural da dominação patrimonialista. Constituiu-se uma

sociedade de classes que só era *igualitária* nos estratos dominantes e só era *aberta* para aqueles que detinham o poder ou para os que participassem vantajosamente das novas tendências à concentração regional da renda, inauguradas com o surto cafeeiro e a expansão econômica do sul do país (Fernandes, 2021, p. 85, grifos no original).

A lenta desintegração da ordem social escravocrata e senhorial é concomitante à reorganização das relações de produção e de mercado em bases capitalistas e competitivas. Esse processo de absorção é característico da situação periférica e marginal das economias capitalistas dependentes e sua origem colonial, na qual se observa um Estado capaz de burocratizar o patrimonialismo e o privatismo das elites aristocráticas, deformando a organização da ordem social competitiva, neutralizando suas inquietações sociais e inovações institucionais. A atuação das classes possuidoras junto ao Estado foi central para manter essa dupla articulação, pois a canalização do excedente econômico da produção agrária para o comércio e para o mundo dos negócios urbanos, a especialização das grandes unidades senhoriais de produção agropastoril e a progressiva mercantilização e liberação do trabalho criaram uma situação potencial de conflito político ao final do século XIX. Como em 1822, em 1889 a opção histórica tomada pelos agentes sociais dominantes e em conflito foi a de uma rearticulação do pacto de poder entre os proprietários a fim de manter a subordinação à dominação externa e às vantagens econômicas do Estado nacional: “as forças de acomodação prevaleceram” e souberam tecer um novo consenso pela distribuição desigual e racializada do poder, da riqueza e do privilégio social (Fernandes, 2020, p. 217, 2021), filtrando as potencialidades revolucionárias e democratizantes do abolicionismo.

O crescimento econômico pressionava por uma modernização que, por si mesma, não tinha força para destruir ou transformar radicalmente a ordem senhorial e escravocrata. Os interesses políticos de controle da ordem e neutralização da radicalidade se mantiveram mesmo quando os interesses econômicos leva-

ram ao máximo a crítica ao modelo escravocrata de produção e de relação de trabalho. A dupla articulação entre imperialismo e dependência se dá pela “combinação do ‘moderno’ com o ‘arcaico’, uma descolonização mínima, com uma modernização máxima”: o congelamento da descolonização indica o limite histórico da burguesia em levar a cabo as potencialidades das modernizações econômicas, legais e políticas associadas ao capitalismo avançado (Fernandes, 2020, p. 223, 2015).

2.2. Possuidores e despossuídos: defesa da propriedade privada e repressão

O congelamento da descolonização e a manutenção do poder oligárquico delimitaram a formação das classes e seus mecanismos de solidariedade, impondo o controle conservador e o poder autocrático das elites dominantes como “fio condutor da história” (Fernandes, 2020, p. 247). O controle dessa força de trabalho se realiza ocultando as relações mandonistas e paternalistas dentro das formas contratuais e concorrenciais de constituição do mercado de trabalho. Quando esse modelo de controle não dá conta de neutralizar as pressões sociais, surgem a repressão policial e a dissuasão político-militar. Conforme indica, a violência rotinizada e institucionalizada nessa sociedade de classes que se forma em bases estamentais se transforma em técnica social naturalizada e dispersa por instituições de dominação direta e indireta de classe (Fernandes, 1982). Dos pontos de vista ideológico e repressivo, a burguesia atua de modo a filtrar o ímpeto político modernizador das transformações econômicas, revelando que sua autoimagem democrática e nacionalista não é mais do que aparência, fachada para as bases privatista e mandonista (Fernandes, 2020).

Essa violência “orgânica e institucional” busca deter a descolonização e inviabilizar ou entorpecer a revolução democrática, quebrando a identidade dentro das classes trabalhadoras e sua fermentação política de caráter revolucionária, ou mesmo refor-

mista (Fernandes, 1982, p. 156). Seja no plano jurídico contratual, na intervenção econômica, no controle das organizações sociais, seja na repressão policial, o Estado burguês que se estabelece em 1889 com a reconfiguração das estruturas de poder terá um papel fundamental. O início da modernidade no Brasil é marcado por uma revolução social com preponderância do elemento político: a dominação de classe estabeleceu na política o terreno de definição dos interesses comuns, convergindo para a atuação do Estado. A burguesia nacional buscou tirar proveito das desigualdades temporais, sociais e econômicas do Brasil, mobilizando as vantagens do atraso e do avanço das populações, optando, enquanto categoria histórica e social, por frear e controlar os efeitos da mudança, sem assumir seu papel histórico de defesa da civilização ou instrumento da modernidade (Fernandes, 2020).

Há, portanto, ao fim do século XIX uma nova configuração do consenso entre as classes dominantes que se articulam e fortalecem o poder autocrático do Estado. A burguesia foi integrada e absorvida aos quadros estatais em meio à desintegração da sociedade estamental, evitando-se uma ameaça mais radical à ordem social. As bases dessa nova configuração explicitam o eixo da revolução burguesa no Brasil e na periferia: articulação dos interesses comuns da burguesia e repressão e tutela das massas despossuídas. A burguesia brasileira não estava em conflito fundamental com a aristocracia agrária, marcada pela transformação capitalista da economia de mercado internacional. Na conjugação dos interesses⁵ de ambas estava a questão de “como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da Colônia e do período neocolonial, e

⁵ Mazzeo (1989) identifica nessa conjugação de interesses uma ideologia de conciliação que caracterizaria a debilidade relativa da burguesia brasileira, a atuação do Estado e o próprio modelo autocrático. Conforme será indicado mais a frente, não se trata tanto de uma “debilidade” da burguesia na obra de Fernandes, mas de uma análise das opções históricas, entendidas enquanto formas de ação e de estratégia dessa classe em determinados contextos e no conflito com outras classes e forças sociais internas e externas (ver também Cohn, 1999 e Silva, 2020a).

como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital” (Fernandes, 2020, p. 261), com a expansão interna dos capitalismo comercial e industrial. Apesar dos distintos interesses, a articulação das classes dominantes foi capaz de encontrar um que lhes fosse comum: a defesa da propriedade privada como elemento de prevenção da desordem econômica e controle da sociedade (Fernandes, 2020). Ao se articularem em torno da propriedade, constituíram também um inimigo comum: os despossuídos e explorados do passado e do presente – o liberto, o assalariado e o semiassalariado do campo e da cidade. Definidos os interesses, aliados e inimigos comuns, consolida-se um padrão de dominação e uma democracia restrita que “domestica” o capitalismo na periferia e consolida a revolução burguesa em um país dependente.

Fernandes (2008b, 1975b) aponta para uma sociedade de classes articulada e tensionada entre possuidores e não possuidores de bens, colocando no centro da análise os processos de mercantilização do trabalho, de expansão da ordem de mercado, de expropriação e de acumulação da propriedade privada, mas que também busca apreender elementos de situação de classe, formas de dominação e possibilidades de solidariedade dentro da disnomia normal da dependência⁶. Os possuidores se inserem e são valorizados nas relações de produção e de mercado, en-

⁶ As definições e delimitações de situações de classe, seus interesses e formas de organização reais e potenciais foram apontadas em Fernandes (2008b). Conforme argumenta, as classes altas, rurais e urbanas são a representação dos possuidores de bens, também identificados enquanto burguesia, e a classe média urbana, ou pequena burguesia, que contém em si um setor moderno e um setor tradicional propenso à proletarização. As representações dos não possuidores são as de classe baixa urbana, classe dependente urbana e um campesinato sem formação social definida, abarcando dependentes e assalariados. Devido ao escopo deste artigo não será possível aprofundar essa articulação e rotação de perspectivas promovidas pelo autor nessas obras. Nesses trabalhos, Fernandes retoma e abre caminhos para conjugar os elementos tipicamente estáveis, gerais e variáveis capazes de apreender os processos sociais a partir de condições limitadas de tempo e de espaço e de determinados padrões de socialização, relações de convivência e motivos internos das ações e relações (Fernandes, 1972).

quanto os não possuidores podem encontrar valorização e são classificados na ordem econômica pelo trabalho, incluindo os assalariados, os em via de proletarização e os mais ou menos marginalizados da integração ao mercado. Para o autor, tornar comuns os interesses e as situações de classe, constituindo-os enquanto destinos compartilhados a partir de laços de solidariedade, atuação política e formas de consciência, possibilita a construção da classe como realidade histórica também para os agentes que dela participam. A classe, portanto, aos níveis analítico e político, depende de sua organização e da capacidade de articular seus interesses específicos e torná-los comuns (Alves, 2020), e em meio aos conflitos de classe, as frustrações das massas podem ou não sofrer alterações e ser conscientemente apreendidas e transformadas em elementos de mobilização e organização.

Devido ao caráter permanente da disnomia na periferia do capitalismo há uma dificuldade de organização enquanto classe. Segundo o autor, “[as] únicas classes que contaram, contam e continuarão a contar com condições para tomar consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe são as classes altas” (Fernandes, 2008b, p. 68). Percebe-se, desse modo, o protagonismo e a força da burguesia na periferia, capaz de perceber e aproveitar as novas etapas do capitalismo e consolidar seus laços com o imperialismo como forma de se fortalecer internamente. O fortalecimento do Estado nos anos 1930 criou condições de reação à tripla pressão sofrida pela burguesia: pressões que vinham dos centros hegemônicos do capitalismo em sua nova fase monopolista, do operariado e das massas populares que pressionavam por um novo pacto social dentro da ordem, porém mais democrático, e pressão interna da iniciativa privada que questionava o papel de intervenção direta do Estado na economia (Fernandes, 2008a, 2020).

Mais uma vez, a saída tomada é política. Em 1964, a tripla pressão aglutinou os setores dominantes das classes altas e médias em uma “contrarrevolução autodefensiva” (Fernandes, 2020, p.

269). Por meio de um golpe e uma ditadura militar a burguesia garantiu as condições de modernização tecnológica, aceleração do crescimento econômico e aprofundamento da acumulação capitalista inaugurada com a fase monopolista sem alterar as estruturas desiguais e raciais de poder, prestígio e riqueza. Desse modo, o controle do Estado assegurou a associação íntima com os centros capitalistas internacionais, a repressão contra qualquer ameaça popular de subversão da ordem, a transformação do Estado em instrumento exclusivo do poder burguês e a reorganização da economia para os novos padrões de submissão e dependência ao capitalismo monopolista. Nessa nova etapa histórica, a dominação burguesa se desmascara, revelando sua natureza autocrática e sua incapacidade e falta de interesse em realizar os alvos históricos com que se identificara no período republicano, tais como a ampliação do pacto democrático do poder e a diminuição da desigualdade e da pobreza.

O caráter político central da revolução burguesa no Brasil configura a incorporação dos padrões ultramodernos do modo de produção capitalista, garantindo a continuidade da conquista via acumulação originária em novas etapas de modernização e a garantia do controle interno da burguesia nacional. Termos como conquista e acumulação originária⁷ não são arbitrários. O capitalismo monopolista gerou “uma forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo”, uma “segunda partilha do mundo” (Fernandes, 2020, p. 312), caracterizada como uma colonização ainda mais intensa e total que a dos séculos XVII e XVIII (Fernandes, 1975b).

⁷ O termo mais comum nas atuais traduções brasileiras é “acumulação primitiva”, com equivalente presente na própria tradução de Marx de “O Capital” para o francês. Contudo, segundo Grespan (2021, p. 22), o termo “acumulação original” remete à alusão bíblica presente na expressão alemã utilizada inicialmente por Marx, identificando “original” como ponto de partida da acumulação e como marcação a ferro e fogo da cisão entre propriedade e trabalho.

De modo geral, uma mentalidade espoliativa e espírito especulativo se desenvolvem nos países dependentes, reproduzindo-se junto à manutenção das estruturas arcaicas dentro das modernas, de tal modo que essa articulação intensifica a concentração social da renda, do prestígio e do poder (Fernandes, 2008b, 1975b). O regime de classes em uma sociedade de capitalismo dependente tende a se adaptar às iniquidades, tensões políticas e conflitos sociais que são crônicos e insolúveis, elevando a opressão sistemática “à categoria de estilo de vida” (Fernandes, 2008b, p. 75, 1982), garantindo como natural, dentro do regimento competitivo, as desigualdades de origem estamental, fundadas no prestígio e reconfiguradas pela propriedade privada. O cálculo racional e capitalista das classes altas incorpora a mentalidade espoliativa que busca no curto prazo e no regime político fechado o controle das possibilidades de lucro. Os interesses econômicos dessa burguesia reforçam as bases econômicas da dependência, criando sua solidariedade e identidade de classe na posse privilegiada de bens, sobretudo a propriedade privada e a defesa do regime jurídico e político que a assegura. Desse modo, a “espinha dorsal do subdesenvolvimento” é o “pacto sagrado” da propriedade privada, mantido sob a “expectativa da acomodação passiva das demais classes” (Fernandes, 2008b, p. 85).

O subdesenvolvimento, portanto, não é um produto direto da economia capitalista, mas uma conjugação de opções históricas e sociais que congelam, filtram ou impedem determinados desenvolvimentos democratizantes. A estabilidade política da periferia se transforma em elemento necessário à incorporação e à expansão do padrão monopolista de desenvolvimento do capitalismo, garantida pela repressão contra os protestos sociais e possibilidade de democratização, e que se sintetiza no “desenvolvimento com segurança”, dissociado das potencialidades igualitárias, democráticas e cívicas associadas ao desenvolvimento econômico competitivo. Desse modo, as formas do antigo e do arcaico na periferia do capitalismo funcionam como fontes de acumulação originária de capital, e na medida em que

o capitalismo interno se acelera e se desenvolve orientado para o mercado mundial, os laços da dependência se reforçam, aprofundando suas contradições.

3. Do centauro ao Behemoth: autocracia e medo histórico das classes subalternas

Nas economias dependentes, e em suas áreas mais periféricas no nível interno, os mecanismos de expropriação originária do capital são operados de modo a impedir a pressão política dos despossuídos, garantido pelo argumento da segurança nacional. O modelo estatal capaz de garantir esse nível de estabilidade política e posto à serviço de fins particularistas da iniciativa privada é definido por Fernandes (2020) como uma “autocracia burguesa”⁸, conjugando ainda a versão tecnocrática da democracia restrita, para a qual o papel dos intelectuais, militares e tecnocratas civis são fundamentais na adaptação do Estado às funções contrarrevolucionárias e repressivas, operando a serviço da ordem, da desumanização e da concentração de poder político (Fernandes, 2010, 1979).

Embora dissimulado sob o argumento de “democracia forte”, a realidade histórica e estrutural do Brasil colocou à burguesia nacional o dilema de instaurar uma autocracia ou “oligarquia coletiva das classes possuidoras” (Fernandes, 2020, p. 407), na qual se observa a dominação institucional e controle da econo-

⁸ Segundo narra Coutinho (2011, p. 233) a partir de diálogo com Ianni, Florestan tomou como inspiração analítica a caracterização da autocracia czarista feita por Lenin, identificando o momento em que ela já atuava como Estado burguês. Coutinho é crítico ao uso desse conceito, na medida em que o identifica com a concentração de poder absoluto em um único governante. Trata-se, em Fernandes, não de um único indivíduo, mas de uma classe que assume o poder do Estado e o reorienta silenciando e formatando formas de organização e atuação impostas a outros grupos sociais. O caráter enformador da autocracia também foi indicado por Silva (2020b), que identifica um padrão autocrático de governamentalidade no neoliberalismo atual.

mia, da sociedade e do Estado. O uso organizado da violência de Estado serviu para que a classe se sobrepusesse e prevalecesse sobre a nação. O colapso do populismo observado em 1964 representou a crise e o limite do radicalismo burguês e da ordem pseudodemocrática que ele criou, marcada pela ausência de articulação política sólida entre possuidores e despossuídos durante o período populista, revelando “uma autocracia burguesa dissimulada” na democracia (Fernandes, 2020, p. 415). Trata-se da ausência de canais institucionais capazes de estabelecer a articulação política entre as classes e garantir a expressão dos despossuídos. Contudo, é importante sinalizar que as distintas posições de classe ocupadas no processo produtivo e a manutenção da propriedade privada e das formas de acumulação originária colocam possuídos e despossuídos em posições contraditórias, com expectativas e interesses coletivos distintos e por isso inegociáveis.

A ordem social competitiva, o regime capitalista de acumulação e exploração do trabalho e a forma institucional do Estado expressam relações autoritárias, incorporadas às suas instituições, estruturas, ideologias e processos sociais que buscam garantir a manutenção das relações de produção e dos privilégios da desigualdade econômica, social e política. Os riscos do conflito – as greves, os movimentos, as revoltas, os partidos de oposição, as possibilidades reais ou virtuais de uma revolução socialista – reforçam as tendências de autodefesa do regime, reduzindo a democracia ao privilégio das classes possuidoras. Como aponta, “sem nenhuma mágica, o Estado de exceção brota do Estado democrático, em que está embutido” (Fernandes, 1979, p. 14), e vice-versa. O Estado só pode ser compreendido enquanto conjunto de instituições, valores e práticas embebido nas disputas de classe em que se desenvolve. O fortalecimento do controle estatal acompanha as necessidades de controlar e racionalizar os lucros por meio da ordem social, reduzindo as possibilidades de democratização à manutenção de uma ordem restrita e cerrada nos valores e interesses das elites. Diante das tensões

internacionais, das necessidades de ampliação do capitalismo monopolista, das pressões organizadas e das demandas de grupos sociais despossuídos, o Estado moderno se tecnocratiza e se amplia em sentidos contraditórios, abarcando desigualmente os diferentes grupos.

Condenada à dependência e à contrarrevolução permanente, o “medo histórico” das classes possuidoras às alterações reais ou possíveis do *status quo* a fazem perceber apenas uma saída:

Ou “aceleração do desenvolvimento econômico”, ou “fim do mundo”, o que não deixa de ser uma verdade histórica, pois a aceleração do desenvolvimento econômico e a sua impossibilidade são os limites que separam a existência do capitalismo dependente de sua destruição final (Fernandes, 2020, p. 439).

A institucionalização da autocracia significa a consolidação de uma democracia de cooptação das classes baixas, neutralizando e impedindo suas revoltas e dissidências. Nesse quadro, fortalece-se um Estado autocrático “compelido a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada” (Fernandes, 2020, p. 446).

Na periferia, as lutas de classe se desenvolvem premidas pela restrição à participação política, pelo congelamento da descolonização e pelo alto grau de desigualdade dos privilégios, da riqueza e do poder. O caráter contrário à efetiva integração nacional do uso do Estado pela burguesia dependente revela sua dificuldade de realizar-se como classe e impor sua hegemonia de outra forma que não pela repressão, limitação à participação e organização das classes despossuídas e articulação dependente e espoliativa com as burguesias hegemônicas. Abrir de forma realmente democrática a ordem significaria romper com as raízes de vantagens e privilégios. Por outro lado, faltaria às classes trabalhadoras a capacidade de negar a negação e tornar-se

“força social construtiva” (Fernandes, 2010, p. 119, grifos no original), premidas pelas reatualizações da acumulação originária, pela configuração anômica do mercado de trabalho e pelo padrão restrito da participação política e desigual na distribuição de privilégios, poder e riqueza.

Em Fernandes (2021), a autocracia indica a reprodução da condição de disnomia, podendo-se entender uma formatação mais geral da sociedade brasileira, sobretudo a delimitação e o controle dos tipos de solidariedade possíveis a serem construídos por e entre as populações negras. Nessa obra, a autocracia se revela na manutenção das distâncias sociais, políticas, culturais e econômicas presentes nas relações entre brancos e negros e na manutenção da condição de disnomia e de miserabilidade dos despossuídos, deixados à própria sorte e virtualmente impedidos de absorver os padrões culturais, as formas de comportamento e as expectativas da sociedade de classes. Ainda que menos trabalhada, a autocracia é apresentada como uma das principais características da ordem social tradicionalista no Brasil, revelando seu caráter fechado, elitista, patriarcal e patriomonalista, que irá se reconfigurar na sociedade de classes e sua ordem competitiva, potencialmente mais aberta.

Conforme apontará em textos posteriores, porém já presente em *“A integração”*, a autocracia se revela no congelamento da democratização, na manutenção das distâncias sociais, na reprodução da anomia dos grupos subalternos como forma de impor a apatia e reprimir a mobilização e insubordinação. E, ainda, conforme trabalhado de forma mais clara em *“A Revolução Burguesa”*, a autocracia terá papel central na manutenção da propriedade privada e na realização contínua da acumulação original recolocada aos países periféricos e subdesenvolvidos em sua integração ao capital hegemônico. Juntadas as duas obras, ficamos com a imagem de como o Povo é bloqueado em sua atuação histórica, para parafrasear de forma pessimista a importante ‘Nota Explicativa’ de *“A Integração”* (Fernandes, 2021).

Esse pessimismo não se sustenta na análise de Florestan. Mais do que “minar qualquer forma de organização política alternativa dos dominados”, como sinalizam Shiota e Freitas (2021, p. 406), melhor seria falar em congelamento e filtragem dos ímpetos transformadores, visto que a “história nunca se fecha” (Bastos, 2020). A análise de Fernandes se orienta para apreender homens e mulheres enquanto agentes de sua transformação e que precisam de “condições objetivas e subjetivas para se converter e atuar como força social revolucionária” (Fernandes, 1979, p. 17). Desse modo, por mais que a orientação do modelo autocrático se volte para acabar com as formas de organização popular, sobretudo as mais autônomas, críticas e potencialmente revolucionárias, o Estado autocrático também se volta para filtrar e organizar previamente essas formas de coletividade e de formação de grupos e solidariedades. Trata-se de uma tentativa de organização prévia da sociedade de classes na periferia que se fundamenta no controle contínuo sobre as classes subalternas. É importante salientar essa ideia de “tentativa”: é uma pretensão de controle que se afirma, oscila ou enfraquece conforme as correlações de classe e a própria capacidade de organização e atuação dos subalternos. Em Fernandes, a dimensão coletiva das resistências populares e suas potencialidades críticas e transformadoras são centrais, compreendendo que essas formas de resistência e organização seriam capazes de engendrar novas formas de organização social e, desse modo, novas sociabilidades e novas subjetividades.

Nesse quadro dinâmico e estrutural do capitalismo dependente e sua sociedade de classes, a revolução dentro da ordem é “sistematicamente esvaziada de significação para as classes que não são privilegiadas”, ao passo que a revolução contra a ordem só encontra seu “pleno sentido fora e acima do contexto burguês, como uma revolução das classes ‘baixas’ e dos setores radicais de outras classes contra o capitalismo dependente e a sociedade de classes a que ele dá origem” (Fernandes, 1975b, p. 101). Contra as possíveis brechas e rupturas na ordem, o Estado se

converte, por seus mecanismos, instituições e valores em veículo e ator-chave da autodefesa das classes privilegiadas e de controle da sociedade nacional pelas elites, buscando limitar as formas de organização, expressão e ação das classes despossuídas em meio ao desenvolvimento dependente do capitalismo. A democracia burguesa que se desenvolve nos países periféricos é restrita aos membros das classes possuidoras, e os interesses das burguesias nacional e internacional se materializam na manutenção da ordem e do controle tutelado das possibilidades de transformação a partir do Estado. Conforme aponta, não há contradição ou irracionalidade entre desenvolvimento capitalista e autocracia (Fernandes, 2020).

O processo de tecnocratização e militarização do Estado permitiu a construção de um **consenso burguês**, capaz de fortalecer o Estado para manter o nexo entre modernização e regeneração dos costumes e da ordem e converter a reação autodefensiva da burguesia em fonte de autoafirmação e autoprivilegiamento. Esse Estado tecno e autocrático consolida o “monopólio de selecionar e de introduzir as inovações historicamente necessárias” dos setores conservadores da burguesia (Fernandes, 2020, p. 404) e cria mecanismos de regulação da agitação política e do descontentamento. Fundado na “ideia de guerra permanente de umas classes contra as outras” (Fernandes, 2020, p. 421), esse Estado atua de modo a desfazer e suprimir relações espontâneas entre as classes, tornando-as desnecessárias pelas prévias modelações estatais, fortalecendo um mecanismo colonial de conquista que se atualiza no controle dos sindicatos, universidades, instituições públicas e associações, na repressão e na mentalidade espoliativa. Nesse sentido, há um esforço de fazer do consenso burguês um consenso nacional mediante modernizações jurídicas e políticas que reproduzem o privilegiado direito à propriedade privada. Os limites desses consensos se apresentam na vinculação entre a tradição brasileira de democracia restrita e as próprias aberturas e imaginários associados à modernização. Seu caráter aberto, democrático e universal gera contradições

dentro de uma prática institucionalizada de exclusão. Essa conciliação apresenta um preço:

um Estado de emergência neoabsolutista, de espírito aristocrático ou elitista e de essência oligárquica, que possa unir a ‘vontade revolucionária autolegitimadora’ da burguesia com um legalismo republicano pragmático e um despotismo de classe de cunho militar e tecnocrático (Fernandes, 2020, p. 426).

Esse modelo típico de Estado combina diversas idades históricas e processos de dominação a fim de controlar as classes despossuídas, e limitar as burguesias e nações hegemônicas do sistema capitalista mundial. Complexo e heterogêneo, esse Estado é uma composição sincrética, com mecanismos opressivos e repressivos, mas também com mecanismos de representação e controle tecnocrático elaborado: “*Leviathan* no verso, e *Behemoth* no reverso” (Fernandes, 2020, p. 428). Fernandes apreende na violência autocrática o caráter constante do Estado brasileiro, centrado na prática da conquista e da expropriação contínuas.

Apesar da principal metáfora utilizada para apreender os diferentes tipos de governo e regimes políticos em seus modos de dominação ser a do centauro⁹, Fernandes (2020, 1982) se vale de outro bestiário mitológico que reforça o caráter coercitivo e, mais do que isso, indica o trabalho de filtragem da democracia e formatação da sociedade. Essa indicação busca sinalizar outra chave de leitura para apreender o Estado autocrático, capaz de analisar de forma mais borrada a relação entre consenso e coerção, que parece sin-

⁹ Segundo Bianchi e Aliaga (2011), a metáfora do centauro foi influente no debate político italiano do início do século XX, podendo-se analisar sua presença em Mosca, Pareto, Mussolini e Gramsci. Conforme analisam, e aqui também aponto, a imagem do centauro e a visão realista de Maquiavel influenciaram, de diversas formas e ênfases, a análise relacional da força e do consenso como fundamento para compreensão da formação e atuação do Estado e das relações de poder. Não há espaço aqui para aprofundar a metáfora do centauro e o conjunto de autores que articulam essa dupla face de coerção e consenso.

tetizada no poema “Meu filho”, de Francisco Alvim. Publicado em 1978, o curto poema traz consigo um conselho, uma premonição e uma reflexão sobre a sociedade e o Estado ditatorial:

Vamos viver a era do centauro
metade cavalo
metade também.

O Behemoth sintetizado por Fernandes como o reverso, mas parte integrante do Estado brasileiro, sua **contraface** autocrática, baseia-se na análise da prática e da estrutura política, econômica e social do nazismo alemão feita por Neumann (1942), podendo ser entendido enquanto centauro cuja face humana já se bestializou, desumanizada e desumanizante. Da análise desse autor é possível apreender alguns elementos que possivelmente estimularam a análise de Fernandes, que percebe no Estado a recorrência da coerção contra os processos de democratização e mobilização das classes despossuídas. Da leitura de Neumann (1942) pode-se ressaltar: a fundamentação de um Estado totalitário, profundamente antidemocrático e repressivo, mas que coloca em si mesmo a defesa da democracia; a sobrevalorização da defesa da propriedade privada; a influência, apoio e financiamento do movimento repressivo pelas elites econômicas como forma de consolidar um padrão monopolista; o apoio e o vaticínio do regime pelo poder judiciário; o fortalecimento do aparato burocrático como forma de controle da vida econômica, cultural, política e social dos indivíduos em grupos já modelados pelo Estado e pelas empresas, ou mediante forte intervenção do Estado; o uso da repressão, mas também do aparato jurídico, para exterminar grupos sociais considerados subversivos, comunistas e inimigos da ordem naturalizada; o esvaziamento da democracia mediante o aparato midiático e a cultura de massa, bem sintetizado no falso nacionalismo e no medo histórico ao comunismo.

Essa lista não reflete a leitura singular que Fernandes pode ter feito, porém dá indícios de sua compreensão. O Behemoth ga-

rante um controle repressivo sobre as classes despossuídas ao mesmo tempo em que possibilita as condições de acumulação de capital: “a democracia poria em perigo o sistema totalmente monopolizado. É da essência do totalitarismo estabilizá-lo e fortificá-lo” (Neumann, 1942, p. 290, em tradução livre). A estrutura do Behemoth se fundamenta na burocratização pública e privada, entendida enquanto processo de controle, prescrição de comportamentos e despersonalização das relações humanas. Como no Estado autocrático, também o nazismo articulou forte burocratização da economia e do capitalismo privado no capitalismo monopolista. Nesse modelo antidemocrático de controle do comportamento e do trabalho, as classes despossuídas são continuamente submetidas por mecanismos complexos e institucionalizados de coerção e consenso. Segundo afirmou Neumann (1942, p. 375), o Estado nazista não é um Leviatã porque, apesar de também engolir a sociedade, o Leviatã não a engole por inteiro, pois seu poder soberano é fundado no consentimento coletivo e na força da lei, baseando-se em uma justificação racional e incompatível com o sistema político nazista, que sacrifica por completo o individual e o consensual. Nessa chave, o consenso só se torna possível ou presente com a participação organizada de setores e classes opostas, ao passo que o Behemoth indica a aniquilação da democracia e da participação, pela repressão e pela imposição de determinada modelação social.

4. Autocracia e a permanência da democracia forte e restrita

Se as categorias de revolução burguesa, classe, ordem social e tantas outras não devem ser utilizadas do mesmo modo em realidades sociais distintas (Fernandes, 2020), também a imagem do Behemoth não o deve, ainda que não se possa qualificá-la como conceito. O Behemoth brasileiro é mais privatista e centrado nas classes dominantes que o nazista, entendido como um modelo de controle político das e pelas massas, articuladas na “comu-

nidade racial” e expressas no líder e no partido único. Segundo Fernandes (2015), há uma modalidade de fascismo com menor refinamento ideológico e orquestração das massas que pode ser observado na Espanha, em Portugal e na América Latina. Essa versão “complexa” do fascismo se fundamenta na monopolização de classe do poder estatal orientado contra a democratização enquanto processo social de mudança estrutural e contra os movimentos socialistas revolucionários. O autor fala, contudo, de uma “fascistização sem fascismo”, ou com uma modalidade de fascismo oculto e mascarado que fomenta a guerra civil e “é capaz de passar do Estado de exceção para a ‘normalidade constitucional’ sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contrarrevolução” (Fernandes, 2015, p. 52). Para Fernandes, esse fascismo observado no modelo autocrático burguês se racionalizou e se encontra nas tecnoestruturas civis e militares da “democracia forte” que garante “segurança” e “estabilidade” aos lucros.

O conceito de autocracia e a pertinência da noção de democracia **forte e restrita** dão conta de qualificar de forma metódica e ampla o modelo estatal brasileiro, marcado pela aparência democrática e a profundidade repressiva. Como no Behemoth nazista, também no Estado autocrático-burguês o cimento que liga as classes dominantes é o medo das massas oprimidas, atuando de modo a suprimir os despossuídos enquanto classe auto-organizada.

Fernandes (1982) também percebeu a manutenção da autocracia na transição democrática controlada¹⁰. A democracia forte é

¹⁰ Devido ao já amplo espectro de assuntos deste texto, não seria possível analisar os textos de Fernandes durante sua atuação no processo da Constituinte e enquanto Deputado Federal. Contudo, não deixa de ser uma proposta de análise apreender suas reflexões sobre o Estado na redemocratização e pressionado pelos movimentos sociais e partidários que se fortaleciam. Apesar das possíveis nuances e possibilidades com o Estado democrático de direito, defendidas já nos anos 1950 e 1960 em sua campanha pela escola e universidade públicas, certamente Fernandes apontaria que “sempre compreendi o Estado como uma ditadura de classe”, tal como sinalizou em carta de 1971 a Freitag (1996, p. 152).

o “produto mais refinado da modernização da periferia” (Fernandes, 1982, p. 24), protegida por um Estado:

fundado no uso da força para garantir a estabilidade política; sem mistificações, um Estado autocrático burguês, que impede que a descolonização, a revolução nacional e a revolução democrática sejam levadas até o fundo e até o fim, mesmo que essa seja a vontade coletiva da imensa maioria do povo (Fernandes, 1982, p. 24).

Essa forma de Estado e sua realização “acima das classes” e até mesmo “acima do Estado” desenvolvem o Behemoth animado pelo “espírito de 1964”:

espírito da contrarrevolução permanente, da guerra civil oculta, do *inimigo interno* que deve ser caçado *manu militari*, do ‘desenvolvimento com segurança’, da prevalência e necessidade histórica do *Estado de segurança nacional* e, acima de tudo, da ‘democracia à brasileira’, com uma imensa massa de excluídos do comando patriótico, esclarecido e responsável da minoria dos mais iguais (Fernandes, 1982, p. 30, grifos no original).

Segundo Cohn (2020), essa apreensão indica a impossibilidade de construção do social a partir da constelação autocrática, ou, como apontaram Botelho e Brasil Jr. (2020) e Bastos (2020), de um princípio organizador da sociedade, do Estado e do mercado. Fernandes já apontava a importância do Estado na criação de novas e contínuas situações de mercado, e dado o novo ímpeto de acumulação primitiva do capitalismo hoje, poderíamos pensar na atuação do Estado como ator e estrutura de consolidação de situações de conquista, recolocando no centro do padrão de acumulação a colonização e seus padrões de dominação. A besta mitológica Behemoth, atualmente, esclarece o padrão organizativo e a sociogênese do Estado brasileiro, marcado pela burocratização orientada para modalidade de acumulação primitiva

altamente espoliativa das classes despossuídas e dos recursos naturais e para o aprofundamento de seu caráter autocrático. Esse Estado também qualifica e reduz os interesses nacionais aos interesses das classes possuidoras, identificando a democracia restrita, privatizada e esvaziada de seus componentes de democratização das decisões políticas como a única expressão possível em meio ao já secular “medo histórico”.

A análise crítica do mito é capaz de esclarecer processos sociais profundos, porém, como não deixaria de salientar Fernandes, a Sociologia tem a tarefa de indicar que a história nunca se fecha, superando a paralisia do fatalismo e servindo de instrumento de conscientização e mobilização aos agentes da transformação. Para tanto, é fundamental entender que não há contrarrevolução sem teoria contrarrevolucionária (Fernandes, 2010, p. 27), da qual a autocracia e sua legitimação são algumas de suas principais expressões.

Referências

Alves, Ana Rodrigues Cavalcanti. Apontamentos sobre o conceito de classe social em Florestan Fernandes. **Estudos de Sociologia**, Recife, vol. 2, nº 26, 2020, p. 197-230.

Bastos, Elide Rugai. A história nunca se fecha. **Sociologia & Antropologia**, v. 10, nº 2, Mai.-Ago. 2020, p. 677-694.

Bianchi, Alvaro; Aliaga, Luciana. Força e consenso como fundamentos do Estado. Pareto e Gramsci. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, 2011, p. 17-36.

Botelho, André; Brasil Jr., Antonio. Prefácio. A revolução burguesa no Brasil: cosmopolitismo sociológico e autocracia burguesa. In: Fernandes, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

Cohn, Gabriel. Florestan Fernandes. A revolução burguesa no Brasil. In: Mota, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos**. São Paulo: Editora Senac, 1999.

_____. A margem e o centro. Travessias de Florestan Fernandes. **Sinais Sociais**, v. 10, nº 28, mai.-ago. 2015, p. 11-28.

_____. Entrevista. Florestan Fernandes e os limites da autocracia burguesa. In: Fernandes, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

Coutinho, Carlos Nelson. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes (1998). In: **Cultura e sociedade no Brasil. Ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Fernandes, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional (2ª Edição), 1972.

_____. Sobre o Trabalho Teórico. Entrevista. **Revista Trans/Form/Ação**, vol. 2, 1975a, p. 5-86.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975b.

_____. **A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Apontamentos sobre a ‘teoria do autoritarismo’**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. As mudanças sociais no Brasil. In: **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008a.

_____. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. In: **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global [5ª edição revista], 2008b.

_____. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

_____. A Sociologia: objeto e principais problemas. In: Ianni, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011a.

_____. A Sociologia como afirmação. In: Ianni, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011b.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

- _____. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- Freitag, Barbara. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados**, v. 10, nº 26, 1996, p. 129-172.
- _____. Florestan Fernandes: revisitado. **Estudos Avançados**, 19 (55), 2005.
- Grespan, Jorge. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- Ianni, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da Sociologia brasileira. In: Ianni, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- Lynch, Christian Edward Cyril. Entre o Leviatã e o Beemote: Soberania, Constituição e Excepcionalidade no Debate Político dos Séculos XVII e XVIII. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 53, nº 1, 2010, p. 55-90.
- Marcuse, Herbert. Philosophy and critical theory. In: **Negations. Essays in Critical Theory**. London: MayFlyBooks, 2009.
- Mariosa, Duarcides Ferreira. **Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais**. Tese (Doutorado). PPGS/Unicamp, 2007.
- Mazzeo, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil. Origens da autocracia burguesa**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- Neumann, Franz. **Behemoth. The structure and practice of National Socialism**. Londres: Victor Gollancz LTD, 1942.
- Nobre, Marcos. Introdução. Modelos de Teoria Crítica. In: Nobre, Marcos (Org.). **Curso Livre de Teoria Crítica**. São Paulo: Papirus, 2008.
- Portela Júnior, Aristeu. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. **PLURAL**, v. 19.2, 2012, p. 9-27.
- Santiago, Silvano. A Revolução Burguesa. **Sociologia & Antropologia**, v. 08, nº 1, Jan.-Abr. 2018, p. 299-312.
- Silveira, Maria de Fátima Souza da. **Da invisibilidade ao protagonismo: Florestan Fernandes no Pensamento Social Latino-Americano**. Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- Shiota, Ricardo Ramos; Fretas, Sara da Silva. Meio Leviatã e meio *Behemoth*: o Estado capitalista dependente latino-americano em Florestan Fernandes. In: Mejía, Juan Camilo Arias; Granato, Leonardo (Eds.). **La cuestión del Estado en el pensamiento social crítico latinoamericano**. Medellín: Ediciones Unaula, 2021.
- Silva, Lucas Trindade da. Modelo autocrático-burguês: uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado. **Estudos de Sociologia**, Recife, vol. 2, n. 26, 2020a.

_____. Governamentalidade autocrática: repensando as racionalidades de governo em diálogo com Florestan Fernandes. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 08, n. 19, Mai.-Ago., 2020b, p. 254-291.

Tavolaro, Sergio B. F. Existe uma singularidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 59, out/2005.

Recebido em 14/01/2022

Aceito em 10/05/2022

